

Corrupção muda Ibama no Pará

Depois da intervenção no Pará, órgão deve ser mudado em outros estados e pode contratar mais 1.200 funcionários

Cristina Ávila
Da equipe do Correio

Os desmatamentos da Amazônia que sempre renderam notícias pessimistas, alertas internacionais e muito dinheiro para o bolso dos madeireiros, agora provocam a intervenção no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Pará. Como efeito dominó, poderá haver uma reestruturação do órgão em todo o país. "A estrutura do Ibama está podre", acusa o ex-superintendente do órgão no estado, Paulo Castelo Branco, alegando que foi por isso mesmo que ele próprio pediu a interferência do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. Segundo ele, os desmantamentos têm a conivência e a omissão de funcionários públicos no Pará e em Brasília. "É uma quadrilha", afirma.

Castelo Branco diz que funcionários do Ibama participavam de um esquema de falsificação de planos de manejo, para facilitar a extração de madeira na região. "Entre 200 funcionários do Ibama no Pará, posso confiar em uns 20", contabiliza. Segundo ele, a própria associação dos funcionários foi contra seu pedido de intervenção, porque se beneficiava com fraudes nas autorizações de desmates.

O interventor escolhido pelo ministro e pela presidente do Ibama, Marília Marreco Cerqueira, será o gerente de Projetos da Diretoria de Gestão Estratégica (em Brasília), Alison José Coutinho. Ele vai assumir o Ibama em Belém amanhã. "Vamos usar a experiência piloto do Pará para fazer mudanças em todos os estados", promete.

Coutinho diz que atuará em duas linhas: a apuração das denúncias de corrupção e a rees-

Ronaldo de Oliveira 2.5.00



Castelo Branco: "Desde janeiro recebo recados do tipo 'vamos te pegar na rua, vamos pegar suas filhas'"

truturação. O Ministério de Meio Ambiente, por meio da Presidência da República, encaminhou ao Ministério do Planejamento um projeto para a realização de concurso público para preenchimento de 1.200 vagas para o Ibama.

O interventor do Pará planeja estudar, com a participação de

outros órgãos do governo e até organizações não-governamentais, projetos para estimular a conservação do meio ambiente, como incentivos fiscais para quem mantiver áreas de mata nativa.

Coutinho também pretende promover uma descentralização. Poderão ser criadas algu-

mas unidades de atendimento do Ibama no interior do estado ou extintas aquelas ineficientes. Poderá haver também mudanças na abrangência de cada unidade, que passariam a atender municípios próximos de estados vizinhos. Ele explica que essas idéias já estavam sendo discutidas no Ibama em Brasília.

"Vamos aproveitar esse momento para começar", afirma.

Castelo Branco disse que, mesmo depois que assumiu a superintendência há seis meses, funcionários continuavam aprovando projetos fraudulentos. Foram apreendidos mais de 60 mil metros cúbicos de madeira sendo transportados irregularmente. "Isso significa 150 a 160 mil árvores de madeiras nobres." Embora não conheça as rotas da clandestinidade, ele diz que a madeira era destinada ao mercado interno e até para exportação.

"O Ibama entregava a documentação e, então, o produto poderia ser levado para qualquer lugar. O Ibama legalizava a madeira", acusa. Segundo Castelo Branco, os principais municípios de desmatamento são no Oeste do estado — Paragominas, Ulianópolis, São Félix do Xingu — e no Sul, Dom Eliseu e Redenção. Segundo ele, existem mais de mil empresas madeireiras no Pará. O ex-superintendente diz que está sofrendo ameaças. Anda acompanhado por seguranças e sua família está protegida em local secreto.